

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

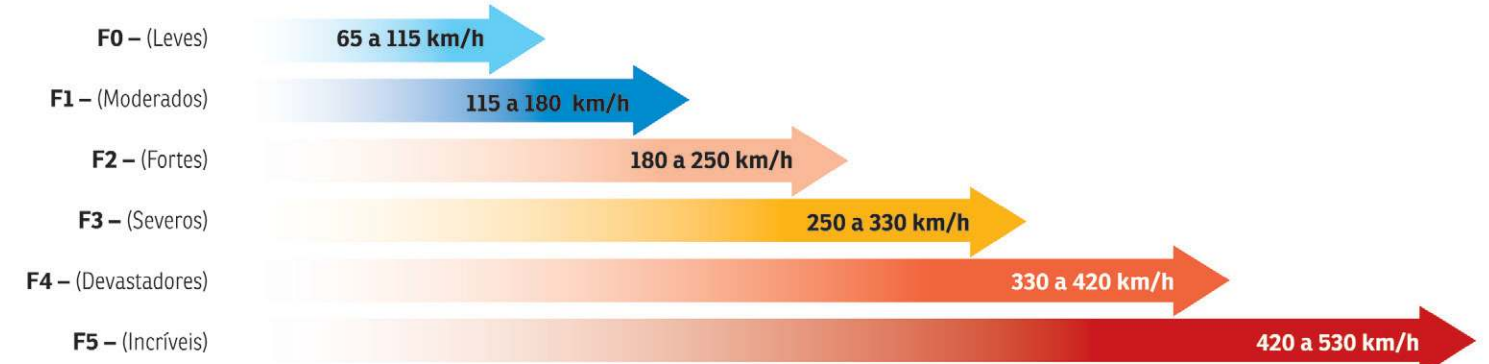
Presidentes do Senado e da Câmara, ministros de Relações Institucionais, da Saúde e de Relações Exteriores se solidarizam com vítimas do tornado

Tragédia no Paraná

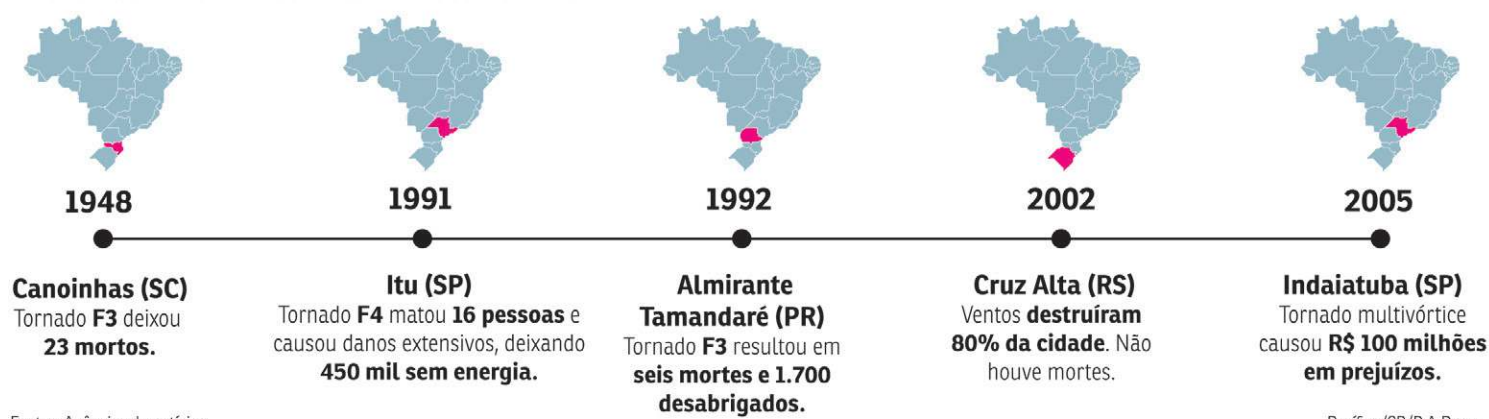
O tornado que deixou ao menos seis mortos e mais de **750 feridos no Paraná**, ontem, foi formado por uma supercélula, segundo o Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Estado (Simepar). A cidade mais atingida foi **Rio Bonito do Iguaçu**, com **90% da área devastada**, de acordo com dados da prefeitura.



LEGENDA DE ESCALAS DOS TORNADOS



HISTÓRICO DE TORNADOS MAIS INTENSOS NO BRASIL:



Fontes: Agências de notícias

Pacífico/CB/D.A Press

Após a tragédia, solidariedade e promessas de ajuda a vítimas

» VANILSON OLIVEIRA

Comovido, o presidente do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre (União-AP), manifestou solidariedade às vítimas do tornado que devastou cidades do Paraná. “As imagens dessa tragédia comovem o Brasil. São cenas de destruição, mas também de coragem, fé e união de um povo, que, mesmo diante da dor e das perdas, começa a se reerguer”, afirmou em nota oficial. O senador ressaltou que o Senado se une aos paranaenses e se coloca à disposição das autoridades estaduais e municipais “para somar esforços na reconstrução das vidas, dos lares e da esperança”.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), também lamentou a tragédia. “Em nome da Câmara dos Deputados, expresso minha solidariedade ao povo paranaense. Deixo também meu reconhecimento ao trabalho das autoridades locais, equipes de resgate e voluntários, que têm atuado com dedicação no apoio à população atingida. Rogo a Deus que conforte as famílias e que a tragédia não se estenda mais”, declarou.

Antes de embarcar em voo da Força Aérea Brasileira (FAB), a

ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou nas redes sociais que “o governo não medirá esforços para amparar as famílias atingidas”. Ela informou que a comitiva federal iniciou procedimentos para auxiliar na reconstrução, em coordenação com as prefeituras e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Já no Paraná, Gleisi destacou que o governo está alinhando com os municípios o envio emergencial de recursos para compra de alimentos, colchões, materiais de higiene e construção. “Podemos disponibilizar imediatamente os recursos para a compra de alimentos, mas fomos informados que não há onde armazenar. Então vamos alinhar com as prefeituras a melhor maneira para administrar os recursos”, explicou, antecipando a possibilidade de uso do Fundo de Garantia pelas famílias atingidas.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informou que a Força Nacional do SUS está de prontidão para atuar na região atingida, e que pode se deslocar imediatamente assim que acionada. “Durante toda a noite e também a madrugada do Brasil, estaremos acompanhando junto a gestores estaduais de Santa Catarina e municipais do Paraná, em especial da Prefeitura

de Rio Bonito do Iguaçu, os impactos dessa tragédia na área da saúde, colocando a Força Nacional do SUS à disposição. A Força Nacional está pronta para ser mobilizada caso necessário, acompanhando a situação e prestando apoio técnico aos gestores locais”, afirmou.

“Planeta está doente”

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, relacionou o desastre aos impactos da crise climática global. “Chegou a hora de decidir se os líderes acreditam ou não na ciência. Os eventos extremos — chuvas, secas, tornados, como o que atingiu o Paraná — mostram que o planeta está doente. Isso afeta vidas, destrói infraestrutura, plantações e ameaça a segurança alimentar global”, declarou.

Já o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, disse estar em contato com os prefeitos Sezar Bovino (PDT), de Rio Bonito do Iguaçu, e Jailson Mendes (União), de Laranjeiras do Sul. “Manifesto minha solidariedade às famílias de Rio Bonito do Iguaçu e dos demais municípios afetados pelos temporais”, afirmou.

Entre os parlamentares, as manifestações também se

multiplicaram nas redes sociais. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) afirmou que “as imagens vistas no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul mostram a gravidade do momento”. Para ele, não se trata mais de alerta, “mas de realidade: destruição, perdas e comunidades inteiras precisando de apoio imediato”. Pimenta destacou que o governo Lula “já iniciou ações emergenciais, liberando equipes, recursos e suporte técnico para fortalecer as estruturas locais” e defendeu um “plano de preparo nacional para enfrentar eventos climáticos cada vez mais severos”.

Pelas redes sociais, o deputado Deltan Dallagnol (Novo-PR) manifestou pesar pela tragédia e agradeceu às forças de resgate. “Toda a minha solidariedade e orações à cidade de Rio Bonito do Iguaçu e à região do Paraná, atingidas por um ciclone. As imagens do estrago são assustadoras. A Defesa Civil, as forças policiais e o Corpo de Bombeiros estão realizando um trabalho fundamental para mitigar os danos”, escreveu. Em outro post, Dallagnol divulgou informações sobre pontos de arrecadação de doações e chaves Pix para ajudar as famílias atingidas.

LEIA MAIS NA PÁGINA 6

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Bukele, de El Salvador, é o novo ídolo da extrema-direita

Nayib Bukele é o novo ídolo da direita radical brasileira. O presidente de El Salvador faz exatamente o que a oposição defende para enfrentar o problema do tráfico de drogas e sua “territorialização”: a ideia de que segurança pública se resolve pela suspensão de garantias individuais e pela exibição da força repressiva do Estado. El Salvador virou vitrine porque é pequeno (6,3 milhões de habitantes), porque os resultados na redução dos índices de criminalidade são espetaculares à primeira vista (era campeão mundial de homicídios) e porque Bukele transformou sua política num produto global de comunicação.

Ao escolher o capitão ferrabrás da PM paulista Guilherme Muraro Derrite (PP-SP), que deixou a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, para relatar o projeto de Novo Marco da Segurança Pública, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), sinalizou que a Câmara, sempre ela, também quer falar a linguagem da “mão pesada” e do encarceramento prolongado. O deputado Derrite, que já foi acusado de 16 homicídios, representará o “Consórcio da Paz” dos governadores que pretendem mudar a legislação penal, classificar o tráfico de drogas no Brasil como “terrorismo” e substituir a centralidade da União, sem levar em conta as consequências.

No Senado, Magno Malta (PL-ES) propôs convidar Bukele para a CPI do Crime Organizado e até uma diligência oficial a El Salvador, enquanto Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pede ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que também bombardeie navios suspeitos na Baía de Guanabara; na Câmara, a oposição protocola pedido de missão para ver de perto o presídio salvadoreño. A megaoperação nos “complexos” do Alemão e da Penha, com seu recorde de mortes, alimentou o discurso dos que querem importar o “estado de exceção” salvadoreño de Bukele para o Brasil.

Eduardo Bolsonaro (PL-SP), deputado federal autoexilado nos Estados Unidos, já havia dado a senha: “Bukele conseguiu fazer toda a política linha-dura que bota bandido na cadeia e a sociedade fica livre para poder trabalhar, sonhar com o futuro. O Brasil tem que fazer a mesma coisa”. Nikolas Ferreira (PL-MG), em maio deste ano, durante audiência pública com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, também defendeu a tese de que seria preciso “bukelizar” o Brasil.

O problema da segurança pública é muito mais complexo. Quando se olha para o que realmente derrubou criminalidade no longo prazo nos EUA, estudos mostram que a legalização do aborto, em 1973, teve efeito mais profundo e duradouro do que a famosa política de “tolerância zero” de Nova York nos anos 1990. Segundo as pesquisas, menos nascimentos indesejados em contextos de alta vulnerabilidade significam menos adolescentes entrando, 15 ou 20 anos depois, no ciclo que alimenta a criminalidade.

Estado de exceção

Políticas de saúde pública e de autonomia reprodutiva, que no Brasil ainda são tratadas sob o prisma moral e religioso, fizeram mais pelo combate à violência do que o policiamento ostensivo e os confrontos em Nova York. Enquanto isso, o “buke-lismo” tupiniquim simplifica o problema. Derrite e a “bancada da bala” oferecem o conforto das soluções simples para problemas complexos: mais penas, mais presídios, mais exceção.

Deixam de fora da equação educação básica, que retenha jovens, política de saúde reprodutiva, que reduza gestações indesejadas, urbanização das favelas e qualificação para o emprego. Bukele, em El Salvador, prendeu mais de 60 mil pessoas, montou a maior prisão da América Latina (40 mil encarcerados em celas com 80 vagas para 100 presos, com dois banheiros) e prorrogou, mês a mês, um regime de exceção que suspende garantias individuais. Imaginem um presídio desses em cada estado do Consórcio da Paz: SP, RJ, MG, GO, SC, MT e DF.

“Bukelizar” é a palavra-chave que norteia a relatoria manchada de sangue de Derrite. Na prática, pretende-se deslocar o centro de gravidade da Constituição de 1988 para um modelo de segurança de exceção permanente. A proposta tem apelo popular onde a criminalidade virou patologia social. Entretanto, é uma “bomba-relógio”: custa caro, não ataca a raiz do recrutamento das gangues e depende de um Executivo sem freios.

No Brasil, a Constituição de 1988 distribuiu competências, consagrou o devido processo legal, colocou o Judiciário como trava, exigiu ordem judicial para prisão fora do flagrante, criou espaço para políticas sociais e de saúde. Mas os governos estaduais não dão conta do problema da segurança pública sozinhos, precisam da União. O ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública Raul Jungmann não se cansa de dizer que sem a implantação efetiva do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), com o governo federal coordenando suas ações, será impossível derrotar facções criminosas como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital (PCC), que se internacionalizaram.

O caminho fácil de Bukele, a segurança como regime de exceção, concentra poder, enfraquece controles, naturaliza prisão sem juiz e autoriza que a polícia decida quem é “gente de bem” e quem não tem direito a direitos. Em carta aberta, os ex-ministros da Justiça Nelson Jobim, Miguel Reale Jr., Aloysio Nunes, José Carlos Dias e Tarso Genro lembram o óbvio: “O fato de ter antecedente criminal não expressa — num Estado Democrático de Direito — licença para a eliminação sumária de quem quer que seja”. A Constituição de 1988 foi feita para impedir isso.